



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário
Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

**Em defesa do ensino público, gratuito, laico, científico,
vinculado à produção social, para todos, em todos os níveis
e sob o controle dos estudantes e trabalhadores!**

POLÍTICA OPERÁRIA

APEOESP - 09/08/2021

**GOVERNO DORIA APROVEITA O IMOBILISMO DOS
SINDICATOS PARA ATACAR OS SERVIDORES PÚBLICOS**

**DERROTAR O PLC 26 COM A LUTA NAS RUAS! PELA
IMEDIATA RETIRADA DO PROJETO!**

**QUE A DIREÇÃO DA APEOESP CONVOQUE A ASSEMBLEIA
PRESENCIAL E A MANIFESTAÇÃO CONJUNTA DOS
SERVIDORES NO DIA 18 DE AGOSTO!**

**UNIFICAR A LUTA DO FUNCIONALISMO EM GERAL
CONTRA A PEC 32 (REFORMA ADMINISTRATIVA) COM O
COMBATE AO PLC 26!**

O governador de São Paulo, João Doria/PSDB, encaminhou à Assembleia Legislativa (ALESP), no dia 6 de agosto, o PLC 26/21. O Projeto é mais um duro ataque ao funcionalismo. Trata-se de um conjunto de medidas punitivas e de eliminação de conquistas dos servidores. Doria, que se diz defensor da "Vida", aproveita a pandemia para descarregar um duro ataque aos trabalhadores da educação e demais servidores.

Eis sua essência:

1. cria mecanismos para viabilizar a demissão de funcionários concursados, portanto, para a quebra da estabilidade. Usa o critério de faltas, diminuindo de 30 para 15 dias o número de dias para que o servidor seja enquadrado na "inassiduidade", podendo "legalmente" ser demitido. Trata-se, fundamentalmente, de um ataque ao direito de greve. Ou seja, 15 dias fora do local de trabalho, o governo passa ter o direito "legal" de demissão de servidores com estabilidade e de contratação de outro trabalhador para o posto do servidor grevista. A contratação de "fura-greve", pela LC

1093, passa ser permitida no caso de greves julgadas como "ilegais" pelo judiciário. Tenta por esse PL 26 dificultar as paralisações e greves nos serviços públicos, particularmente, na educação.

2. elimina conquistas ao alterar o Estatuto do Servidor Público e no do Magistério. Ou seja, retira o direito às faltas abonadas, dificulta ainda o acesso à licença prêmio e altera o direito de 1/3 de férias. Iguala, assim, o servidor aos demais trabalhadores da iniciativa privada, retirando direitos que foram conquistados por meio da luta do servidor. Ainda mais, modifica critérios impostos por ocasião da imposição da reforma da previdência, a exemplo do abono de permanência. Na ocasião, o abono de permanência foi usado para que o servidor tivesse alguma vantagem, permanecendo nos serviços públicos após cumprir as regras estabelecidas. Com isso, possibilita a eliminação de cargos e carreiras, retirando dos serviços públicos os aposentados.
3. impõe obstáculos para a contratação de funci-

onários efetivos. Pretende substituir os efetivos (aposentados e demitidos) por trabalhadores contratados. No caso da educação, impõe por meio da LC 1093, a obrigatoriedade de no mínimo de 24 horas semanais. Lembremos que a contratação iniciou com a “prova seletiva” sem número de aulas semanais, caminhou para as 19 horas e, agora, estabelece as 24 horas semanais. Assim, serão menos contratados e mais escolas para completar essa carga horária. Aumenta-se a carga de trabalho e reduz o valor da remuneração, quando diz que haverá uma queda nos vencimentos dos contratados pela LC 1093, que de 100% da remuneração do titular do cargo, passará para 90%.

4. reforça a bonificação por resultados, que será de acordo com o cumprimento de metas estipuladas. Sem apresentar nenhuma proposta de reposição salarial e de elevação do piso salarial, Doria mantém a divisão entre os servidores “cumpridores de metas” (não faltar, não ficar doente, não tirar licença, não fazer greve e pôr em prática a farsa dos projetos do governo, a exemplo da PEI, Inova, Novotec, Ejatec e defensor do ensino a distância/EaD.
5. O PL 26 é a antecipação da reforma administrativa, que tem como objetivo pôr fim à estabilidade dos servidores públicos

Como responder?

A direção da Apeoesp e setores da oposição se mantêm atrelados às reuniões virtuais e as audiências públicas. Recusam a convocar os trabalhadores da educação e a chamar a unidade do funcionalismo para derrotar mais essa investida de Doria. Esse é o caminho da derrota. Foi assim com a reforma da previdência e vem sendo assim com a reposição salarial. A grande maioria dos deputados é vinculada ao governo do PSDB e não moverá uma palha contra esse governo, que hoje comparece como oposição a Bolsonaro.

Como dissemos, o PLC 26 está inserido num quadro mais amplo de ataques da burguesia e de seus governos. É uma versão local (estadual) da contrarreforma administrativa (PEC 32), que tem avançado no âmbito federal. Na raiz desses ataques está a crise do capitalismo e, mais especificamente, a gigantesca dívida pública, que exige dos governos

o “enxugamento” do orçamento público, tudo para satisfazer os interesses do capital financeiro.

Tanto em nível federal quanto estadual, a política imobilista dos sindicatos, das confederações (como a CNTE) e das centrais só tem favorecido os governos, deixando-os de mãos livres para despejar sobre os trabalhadores todo o peso das crises econômica e pandêmica.

A resposta da burocracia da Apeoesp ao PLC 26 foi de um “Ato Solene” (audiência pública virtual) no dia 9 de agosto, que não serviu para nada. A Oposição também não fica atrás no seu imobilismo: aceitou passivamente a organização da Reunião de Representantes de forma virtual, no dia 7 de agosto. A pauta da reunião estava restrita à discussão do “Novo Ensino Médio” e do retorno às aulas.

Nossa resposta

Os professores e demais funcionários da educação - assim como os servidores públicos em geral - já estão nas escolas há tempos. É preciso abandonar de uma vez por todas as inócuas reuniões virtuais. Para barrar o avanço das medidas de corte de direitos, somente com a ação coletiva dos trabalhadores, que são as assembleias presenciais e as grandes manifestações de rua.

Nesse sentido, defendemos:

1. **Intensificar a visita nas escolas para discutir com os professores e funcionários o PL 26 e a reforma administrativa;**
2. **Que a Apeoesp e as subseções abram suas portas para que a luta seja devidamente organizada;**
3. **Que a Apeoesp lance uma campanha contra as medidas de Doria;**
4. **Que a Apeoesp, Afuse de demais sindicatos vinculados aos servidores convoquem a assembleia presencial, para aprovar a luta para pôr abaixo o PL 26 e a PEC 32;**
5. **Que o dia 18 de agosto seja usado para a realização de assembleias presenciais e manifestação nas ruas contra mais esse ataque de Doria e Bolsonaro.**

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

